

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.649 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2003

Mercadante:
atenção ao
desenvolvimento
regional

Gerardo Magela



Mercadante destaca pontos de consenso para as reformas

Criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para substituir o ICMS e instituição de cobrança previdenciária sobre o faturamento das empresas estão entre as propostas apoiadas pelos governadores, segundo o líder do governo no Senado.

PÁGINA 3

Relator busca acordo sobre dívida de produtores rurais

Líderes de todos os partidos pediram ontem o adiamento da votação da medida provisória sobre a renegociação de dívidas de pequenos produtores rurais no valor de até R\$ 35 mil. O relator Jonas Pinheiro ganhou mais tempo

para negociar pontos como a retirada da exigência de quitação de 10% do débito até 31 de março para que o produtor tenha direito ao alongamento da dívida. A proposta pode ser votada hoje pelo Plenário.

PÁGINA 2

Roosevelt Pinheiro



O Plenário poderá votar hoje o projeto sobre dívidas rurais, desobstruindo a pauta de votações

Violência no Rio repercute no Plenário

Jefferson Péres sugere debate sobre legalização do uso de drogas, proposta apoiada por Sérgio Cabral Filho, que pede combate efetivo à marginalidade.

PÁGINA 6



Gerardo Magela

Presidida por Suplicy, a CRE chegou a acordo para audiência do ministro Celso Amorim amanhã, no Plenário do Senado

Senadores aprovam moções contra guerra

PÁGINA 7

Seis ministros vão depor na CAE

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Na primeira reunião do ano, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou diversas matérias, inclusive a programação monetária



João Ribeiro sugere que campanhas privilegiem mudança de comportamento

Ribeiro: campanha de saúde deve visar os jovens

O senador João Ribeiro (PFL-TO) recomendou ontem que a juventude seja o alvo primordial das campanhas de esclarecimento que são realizadas durante o carnaval pelos órgãos oficiais de segurança e de saúde. Segundo ele, a liberalidade dos costumes, aliada à licenciosidade que caracteriza o carnaval, faz desse período um tempo de preocupação para as autoridades brasileiras.

A juventude, conforme João Ribeiro, por sua natural descontração e imensa disponibilidade de energia, está particularmente sujeita a incidir nesses excessos. Ele referiu-se à campanha de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, protagonizada pela cantora Kelly Key, que provocou controvérsia.

— É preciso avançar muito na elaboração dessas campanhas publicitárias, pois acredito que elas devem privilegiar não somente a prevenção, mas sim a mudança de comportamento.

João Ribeiro citou o trabalho realizado pela Secretaria de Estado da Juventude do Tocantins, como o programa Tocantins sem Drogas. Essa iniciativa, segundo ele, visa promover a conscientização dos jovens para seu direito à saúde, de modo a torná-los capazes de identificar fatores de risco à saúde pessoal e coletiva.

Renegociação de dívida rural pode ser votada hoje

Líderes dão tempo para que o relator negocie fim da exigência de quitação de 10% dos débitos até março para quem deseja alongamento

Os líderes de todos os partidos e o do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), pediram ontem o adiamento da votação da Medida Provisória (MP) nº 77, por meio da qual o governo Fernando Henrique propôs a renegociação de dívidas de pequenos produtores no valor de até R\$ 35 mil. A MP foi transformada pelos deputados no Projeto de Lei de Conversão nº 33, que trata dos débitos rurais contraídos junto ao Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aos bancos oficiais e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O relator do projeto, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), ganhou mais tempo para negociar com os líderes e com o governo a retirada da exigência de quitação de até 10% da dívida, até 31 de março próximo, para fazer jus ao alongamento da dívida.

Quintanilha defende pesquisa sobre transgênicos

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) apelou ao governo para que as pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre produtos geneticamente modificados sejam levadas em consideração nas análises feitas pela comissão interministerial que trata do uso de alimentos transgênicos no Brasil.

— Técnicos extremamente preparados têm se debruçado em estudos que transformam o produtor brasileiro no melhor do mundo — disse Quintanilha.



Jonas Pinheiro aponta alterações na proposta que considera necessárias

gamento da dívida.

A pauta do Senado estará trancada até que a medida provisória seja votada, o que deve ocorrer hoje.

MUDANÇAS

Em discurso pronunciado ontem, Jonas Pinheiro apontou quais alterações julga necessárias na medida provisória que trata da renegociação das dívidas rurais. O senador informou acompanhar esse processo de renegociação há dez anos, tendo sido presidente da comissão parlamentar mista de inquérito que investigou as causas do

endividamento rural, em 1995.

De acordo com Jonas Pinheiro, o primeiro ponto a ser modificado na MP é o prazo dado para sua entrada em vigor, 31 de março. Ele entende que o tempo até lá é exíguo para que a matéria seja aprovada, sancionada e regulamentada e as agências bancárias e os mutuários sejam devidamente instruídos e informados.

Em segundo lugar, o parlamentar entende ser preciso incluir dispositivo que discipline o processo de individualização das operações coletivas ou grupais do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). Acrescentou também ser necessário delegar competência ao liquidante do Procera para promover ajustes complementares.

O senador também defendeu a revisão das condições e prazos de pagamento para os financiamentos até R\$ 35 mil. As condições de renegociação, segundo ele, deveriam ser igualadas para os mutuários dos fundos constitucionais e do Pronaf.



Quintanilha sugere que pesquisas da Embrapa sejam levadas em conta por comissão



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2003

1º vice-presidente
Paulo Paim

10h — Hugo Cavalcanti Melo Filho, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
16h20 — Deputado Raul Jungmann
16h30 — Deputado Luís Alberto e o Grupo de Parlamentares Negros

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Mensagens nºs 286 e 288, de 2002, que submetem à deliberação os nomes de João Gualberto Marques Porto Júnior e de Renato Luiz Rodrigues Marques para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto a Cingapura e à Ucrânia.

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLS nº 171/99 (tramita em conjunto com as PLSs 428/99 e 605/99), dispõe sobre as sociedades cooperativas; PLS nº 151/02, altera os artigos 302 e 303 da Lei nº 9.503/97 (CTB), para adequar penas aplicáveis a crimes de trânsito às previstas no Código Penal; PDL nº 135/99, susta o decreto do Poder Executivo federal, que autoriza a cisão de Furnas Centrais Elétricas; PLS nº 534/99, altera a redação do artigo 12 do Código de Processo Civil; PLS nº 392/99, determina que as assembleias legislativas ou a Câmara Legislativa do DF sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais; PEC nº 39/01, acrescenta parágrafo 5º ao artigo 73 da Constituição federal, criando a Procuradoria do TCU, entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: delimitar parâmetros para os trabalhos do biênio 2003/2004. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

14h30 — Comissão Mista de Orçamento
Pauta: apreciação dos relatórios apresentados às Mensagens nºs 43/02-CN, que encaminha relatório contendo a demonstração e avaliação do cumprimento da meta do resultado primário do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, fixada para o exercício de 2001; e 125/02-CN, que encaminha o relatório sobre meta de superávit primário fixada para as empresas estatais federais não financeiras, bem assim das justificativas de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas; e Requerimentos nºs 1/03, solicitando sejam convocados os ministros do Planejamento e da Fazenda, para prestarem esclarecimentos sobre o contingenciamento, aumento do superávit primário e medidas adotadas no dia 10 de fevereiro de 2002; e 2/03, solicitando seja convocado o ministro do Planejamento, para esclarecer contingenciamento de recursos e aplicação do Decreto nº 4.594/03, frente a liberação dos recursos dos contratos e convênios de emendas individuais do OGU de 2001 e 2002 ainda não liquidados. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

ESPECIAL

10h — Instituto Legislativo Brasileiro
Pauta: cerimônia de abertura do ano letivo de 2003. Auditorio Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Mesa do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brásilia - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Rosenvelt Pinheiro

Íris de Araújo ocupa a vaga de Maguito Vilela, que se licenciou por cinco meses

Íris de Araújo toma posse e defende apoio a Lula

Logo após tomar posse no Senado Federal ontem, a senadora Íris de Araújo (PMDB-GO) conclamou os parlamentares a darem apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, afirmou, restituiu a auto-estima do povo brasileiro. Ela ressaltou que a primeira tarefa é o apoio irrestrito ao programa Fome Zero.

— O momento é da mais suprema responsabilidade para que se execute a tarefa maior de restituir a dignidade à nossa gente — afirmou.

Íris de Araújo, que é esposa do ex-senador Iris Rezende, assume no lugar do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que se licenciou por cinco meses. Ela foi empossada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que presidia a sessão, e acompanhada até a tribuna por Serys Slhessarenko (PT-MT), Demóstenes Torres (PFL-GO) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Em seu primeiro discurso, a senadora defendeu o estabelecimento, em comum acordo com o Executivo, de um calendário para o debate das reformas. O governo, de sua parte, disse ela, deve agilizar um projeto-piloto das reformas para que possa sofrer os reparos e receber as contribuições do Congresso.

Íris de Araújo fez um breve histórico de sua atuação pública, que teve início na década de 60, quando, ao lado de Iris Rezende, assumia as tarefas sociais na prefeitura de Goiânia. Ela lembrou também sua participação na campanha pelas Diretas Já e sua inclusão, como a primeira mulher a disputar a vice-presidência da República no Brasil, na chapa de Orestes Quécia, em 1994.

Em apartes, Íris Araújo foi saudada pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Demóstenes Torres, Mão Santa (PMDB-PI), Paulo Octávio (PFL-DF), Patrícia Gomes (PPS-CE) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Mercadante anuncia itens de consenso para mudar Previdência e impostos

Conforme o líder do governo, entre as medidas encaminhadas na reunião de Lula com os governadores estão a substituição do ICMS e a contribuição previdenciária sobre o faturamento das empresas

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) enumerou, em pronunciamento feito ontem, os pontos das reformas constitucionais a serem propostas pelo Executivo sobre os quais há consenso entre os governadores, que se reuniram no último fim de semana com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As propostas devem ser enviadas ao Congresso Nacional. Uma das medidas seria a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com cinco alíquotas, que substituiria o atual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados.

— Teríamos um único código tributário nacional, dando transparência e objetividade, além de simplificar e desburocratizar a administração — afirmou o senador.

Segundo o líder do governo no Senado, na reunião do presidente com os governadores foi definida a necessidade da elaboração de uma

política de desenvolvimento regional para o país. “Devemos ter novos instrumentos de política regional”, disse o senador, referindo-se a instituições que venham a cumprir atribuições das antigas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Norte (Sudam).

Houve ainda consenso na reunião, relatou Mercadante, com relação à retirada da cobrança previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas, que incidiria sobre o faturamento.

— O emprego formal tem que ser o objetivo da política econômica — explicou o senador, que também defendeu a adoção de tetos e sub-tetos de remuneração no Executivo, Legislativo e Judiciário.

Com relação à reforma da Previdência, o senador disse que o problema de financiamento do sistema está no setor público, principalmente nos estados, que chegam a apresentar déficits de 50%. Como as pro-

postas em tramitação acarretariam maior contribuição pelos estados, gerando ainda uma perda de receita, Mercadante defendeu a adoção de contrapartidas que garantam a sustentabilidade do sistema.

— O pacto com os governadores é um alicerce consistente. Vamos nos debruçar sobre isso — disse o senador, chamando atenção para o interesse do governo em compartilhar as reformas com os chefes dos executivos estaduais.

Aloizio Mercadante disse que a reforma deve aumentar a idade mínima para a aposentadoria dos atuais servidores públicos (hoje de 48 anos para mulheres e 53 para homens, desde que tenham tomado posse antes de 16 de dezembro de 1998).

Pode ainda ser adotada a contribuição dos inativos. De acordo com Mercadante, pelas regras atuais, ao se aposentar o servidor acaba tendo um aumento, porque deixa de

contribuir para a Previdência. O líder do governo disse que o presidente da República não pretende jogar a sociedade contra o servidor.

Em aparte, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que há três ou quatro pontos da reforma da Previdência que devem ser votados com urgência. Isso significaria, na avaliação do senador, uma sinalização da perspectiva de solução dos compromissos brasileiros ante a comunidade internacional, possibilitando a atração de novos investimentos.

Em outro ponto do pronunciamento, Mercadante defendeu uma melhor definição do papel das agências reguladoras que, segundo ele, têm exorbitado de suas funções. O senador criticou os aumentos das tarifas públicas nos últimos oito anos, em índices muito maiores que os registrados pelo IPCA (90,78%). As tarifas de telefonia fixa, por exemplo, subiram no período 509,7%.



Paulo Paim recebeu dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros

José Cruz

Magistrados apóiam proposta de Paim sobre aposentadoria

O 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu ontem, durante audiência concedida a Cláudio Baldino Maciel, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o apoio da entidade à proposta que apresentou ao Plenário assegurando aposentadoria integral a todos os trabalhadores, sejam da área pública ou privada.

— Defendemos a aposentadoria com proventos integrais para servidores e demais trabalhadores, pela previdência pública. O servidor público não pode ser demonizado; é preciso definir se as dificuldades da Previdência são mesmo de modelo ou de gestão — afirmou Maciel.

Paim garantiu que ainda não existe uma posição de governo sobre o

assunto, e sim opiniões para debate, como a sua e a do Ministério da Previdência, e previu que a definição do teto para as aposentadorias será o maior ponto de divergência.

— É pelo debate nesta Casa que vamos construir um ponto de equilíbrio. A questão que vai “pegar” é o teto, e vamos resolver por meio dos cálculos atuariais — disse Paim.

Ele ressaltou que a demonstração da viabilidade de sua proposta são os planos de aposentadoria oferecidos por instituições financeiras.

— Se funciona na área privada, com os bancos, por que a previdência pública não pode adotar? Pode sim. Cada um vai pagar percentual que lhe garantirá a aposentadoria para a qual descontou — explicou.

Projetos de reforma política devem ser revistos, diz Jobim

Algumas mudanças no sistema eleitoral aprovadas pelo Senado e enviadas à Câmara podem acabar piorando o quadro político, na opinião do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim. Ele participou ontem de reunião organizada pelas bancadas de apoio ao governo (PT, PL, PTB, PSB, PDT e PPS) com o objetivo de discutir a reforma política.

Jobim questionou, por exemplo, o modelo de financiamento público das campanhas eleitorais. Apresentando diversas simulações de como funcionaria o sistema, se implementado na forma aprovada pelo Sena-

do, tentou demonstrar que os valores seriam insuficientes para as despesas dos partidos e candidatos.

Se os termos do projeto forem mantidos, a União desembolsará R\$ 7,76 por eleitor, num total de R\$ 800 milhões, sendo 30% destinados aos diretórios nacionais dos partidos e o restante aos diretórios regionais. Alagoas, por exemplo, receberia R\$ 600 mil para financiar as campanhas a governador, senadores, deputados federais e estaduais.

Nelson Jobim também defendeu a revisão do projeto que exige do candidato filiação no mesmo partido nos quatro anos anteriores à eleição.

Renildo Santana assume no lugar de Maria do Carmo

O senador Renildo Santana (PFL-SE) assumiu o mandato ontem no lugar da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que se licenciou por 120 dias para comandar a Secretaria de Combate à Fome do Estado de Sergipe.

Renildo Santana é natural de Itabaianinha (SE), cidade do sul do estado, da qual foi prefeito.



Geraldo Magela

Renildo Santana tomou posse como senador

Empresário do ramo de cerâmica, Renildo é o primeiro suplente de Maria do Carmo e ocupa agora o seu segundo cargo público.

Seis ministros vão prestar depoimento na CAE

Comissão deve ouvir os titulares das pastas da Fazenda, Planejamento, Cidades, Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente, que falarão sobre políticas e metas do governo Lula. As datas das audiências não foram ainda definidas

Já na primeira reunião do ano, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimentos solicitando que o presidente do colegiado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), convide seis ministros e três presidentes de instituições financeiras públicas para prestar esclarecimentos. Tebet avisou que, após estabelecer contatos com as autoridades, as audiências públicas serão marcadas para reuniões extraordinárias da comissão, preferencialmente às terças-feiras, após a ordem do dia do Plenário.

O primeiro requerimento aprovado, do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), convida o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para conversar com os senadores da CAE acerca da política econômica.

A presença de Palocci na comissão também foi pedida pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Ele pretende que os ministros da Fazenda e o do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, falem sobre as medidas para alcançar a meta de superávit primário de 4,25% e sobre as precauções do governo para proteger o país diante da conjuntura político-econômica mundial. Virgílio é autor de outros quatro requerimentos aprovados pela CAE para que sejam convocados:



Aloizio Mercadante (E), líder do governo, propôs que primeiro fossem ouvidos os ministros, e depois os presidentes da Caixa e do BNDES

- o ministro das Cidades, Olívio Dutra, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, para falarem sobre as políticas do governo para construção de casas populares;

- o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, para falarem sobre o papel do BNDES no fomento da economia;

- os ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Meio Ambiente, Marina Silva, para falarem sobre transgênicos; e

- o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para falar sobre a autonomia da instituição.

O presidente da CAE esclareceu

que, em vez de usar o dispositivo da convocação, vai convidar as autoridades para virem à comissão. Tanto Mercadante como o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) elogiaram a sistemática adotada por Tebet.

O líder do governo sugeriu que, primeiramente, sejam convidados os ministros para falarem, individualmente, sobre políticas públicas e metas de responsabilidade de suas pastas. Somente depois, opinou, devem ser chamados os presidentes da Caixa e do BNDES, que falariam sobre ações específicas sob suas alçadas.

Já Antero acredita que a discussão seria mais produtiva se as pessoas responsáveis por um mesmo setor estivessem presentes à CAE no mesmo dia.

Subcomissões podem discutir turismo e endividamento

Caso aprove requerimentos apresentados ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve criar três subcomissões permanentes para tratar do turismo, endividamento dos estados e compensação pela atividade de extração mineral. O presidente do colegiado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou que vai propor uma sistemática para aprovação dos requerimentos e instalação das subcomissões, com a indicação de membros pelas lideranças partidárias e eleição dos respectivos presidentes e vice-presidentes.

De acordo com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a criação de subcomissão para analisar a situação financeira dos estados e do Distrito Federal é urgente, pois, disse, muitas unidades da Federação estão em "situação falimentar".

Ele relata que a crise energética de 2001 levou a grandes reduções na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um tributo estadual.

Já o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pretende que o Senado possa ter um fórum para pensar o turismo como atividade econômica. Na sua opinião, essa indústria deve ser melhor explorada. A CAE já teve, em outra legislatura, uma subcomissão para estudar o turismo. Seu presidente era o então senador Moreira Mendes, e seu vice-presidente, o então senador Wellington Roberto.

O requerimento de criação da subcomissão sobre a extração mineral é da senadora Ana Júlia Carepa (PT), do Pará, estado que concentra grande parte da exploração de minérios no país.

Exportação de madeira da Amazônia terá mais debate

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram ontem que devem aprofundar os debates sobre a proibição do Brasil exportar madeira em tora, prancha e não acabada, extraída da Amazônia Legal, proposta em projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR).



Jucá é autor do projeto que proíbe a exportação de madeira da Amazônia

Para isso, o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu pedido coletivo de vista ao substitutivo apresentado pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) à proposta. Por sugestão do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a CAE deve ouvir a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre o projeto. A senadora Patrícia Gomes (PPS-CE) sugeriu que os governadores da Amazônia também sejam ouvidos.

O substitutivo de Mestrinho específica os casos em que a exportação de madeiras nativas estaria proibida, liberando as provenientes

de reflorestamento.

Jucá manifestou preocupação quanto à proposta do relator. Disse ele que é muito difícil, depois de cortada, distinguir a madeira que vem de floresta nativa da que é originária de área re-

florestada. O senador explicou que o objetivo do projeto, que estabelece redução gradual das exportações de madeira num período de cinco anos, é formular um novo modelo para a exploração madeireira na Amazônia que assegure a agregação de valor na região e, com isso, a geração de empregos e renda.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que a CAE precisa ouvir o Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) teve centenas de guias roubadas, permitindo o aumento do contrabando.

Corrigida resolução que autoriza empréstimo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem mudanças em resolução do Senado para viabilizar investimento de US\$ 195,6 milhões no Projeto AL-X. De responsabilidade do Comando da Aeronáutica, o projeto faz parte do Programa de Fortalecimento do Espaço Aéreo Brasileiro e depende de empréstimos contratados com o Export Development of Canad, BNP-Paribas, Bank Leumi LE-Israel, Deustche Bank AG e Export Credits Guarantee Department.

As alterações na resolução, que autorizou as operações de crédito, foram propostas em mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aprovadas pela CAE com base em relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR). No parecer, que ainda será levado ao Plenário em regime de urgência, Jucá sugere a apresentação de projeto de resolução que emende a resolução original.

As mudanças inserem informações adicionais à resolução, necessárias para a execução dos contratos, no que diz respeito às operações de crédito junto ao Export Development of Canad, BNP-Paribas e Bank Leumi LE-Israel, independentemente do aporte de garantias por parte do governo brasileiro.

É praxe nesse tipo de empréstimo que a instituição de crédito só libere os recursos prometidos quando o país beneficiado inicie a liberação de recursos próprios destinados ao projeto. É praxe também que, sobre os valores contratados e não liberados por atraso na contrapartida, seja cobrada multa.

— Não podemos penalizar ainda mais a Aeronáutica, que está em situação de desequilíbrio econômico gigantesco — ressaltou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

SEGURO-GARANTIA

O presidente da CAE, senador

Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu vista coletiva do parecer do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) a emendas de Plenário oferecidas ao projeto de lei, do senador Edison Lobão (PFL-MA), que institui o seguro-garantia na compra de imóveis. Pela proposta, o comprador de imóveis terá a proteção, a ser oferecida em forma de seguro pela empresa responsável pela venda do imóvel. Mestrinho acatou duas emendas, na forma de subemenda, e rejeitou outras cinco.

Pedido de vista do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) também adiou a votação do relatório do senador Romero Jucá favorável ao projeto de lei que torna obrigatória a divulgação de informações sobre o pagamento, a que fazem jus as vítimas de acidentes de trânsito e seus familiares, do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores (DPVAT).



Secretários do Orçamento, Azevedo Bringel (E), e do Tesouro, Joaquim Vieira (C), expuseram à CMO cumprimento das metas fiscais

Mantega explicará as restrições impostas ao Orçamento federal

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, comparecerá ao Congresso, após o carnaval, para explicar o contingenciamento de R\$ 14,1 bilhões no Orçamento deste ano. A garantia foi dada aos parlamentares pelo líder do governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG).

A comissão deve votar hoje requerimento com o mesmo objetivo, mas incluindo na convocação o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. O requerimento, do deputado oposicionista Ricardo Barros (PPB-PR), deveria ter sido votado ontem pelos deputados e senadores, mas a reunião foi adiada.

Cumprindo exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a CMO ouviu ontem os secretários do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, e de Orçamento, João

Bernardo de Azevedo Bringel, que detalharam o cumprimento das metas fiscais da União para o último quadrimestre de 2002.

Os parlamentares aproveitaram a presença dos secretários para questionar os decretos que, além de promoverem o contingenciamento, suspenderam o pagamento de R\$ 6,8 bilhões de "restos a pagar" do ano passado. Alegaram que centenas de projetos de prefeituras tiveram repasses suspensos pela Caixa Econômica Federal. O líder Sérgio Miranda informou que será encontrada uma solução para o problema nos próximos dias.

— A situação foi criada porque o presidente Fernando Henrique Cardoso, que recebeu em 1994 um governo com restos a pagar de apenas R\$ 3,5 bilhões, deixou em 2002 mais de R\$ 20 bilhões para o presidente Lula pagar — disse Miranda.

Antero solicita informações sobre dívida de Mato Grosso

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitou ontem que a Mesa do Senado encaminhe requerimento de sua autoria, já aprovado em dezembro passado, pedindo informações ao Ministério da Fazenda sobre o impacto da operação financeira realizada entre o estado de Mato Grosso do Sul e o Banco do Brasil (BB), frente à Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o documento, a operação tinha como objetivo permitir que o estado fechasse suas contas naquele ano, "frente ao descontrole fiscal em que se encontrava".

Para o senador, a operação causou estranheza, visto se tratar de operação de crédito simulada pelo estado, visando fugir do controle constitucional do Senado. No requerimento, o senador pede também a cópia integral do convênio firmado entre o Banco do



Antero Paes de Barros disse que operação teve o objetivo de fugir do controle do Senado

Brasil e Mato Grosso do Sul, e indaga se o BB fez operações similares com outros entes federados.

Paes de Barros ressaltou a urgência do envio do requerimento às autoridades competentes para que o Senado se posicione sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Programação monetária do trimestre é aprovada na CAE

Líder do governo sugere que documento passe a ser enviado com antecedência, para que a Casa examine melhor a matéria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável à programação monetária para o período de janeiro a março deste ano. A mensagem presidencial, enviada no dia 30 de dezembro de 2002, traz a projeção trimestral aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 19 de dezembro.

Essa defasagem entre a elaboração da programação monetária pela equipe econômica e o seu envio ao Congresso Nacional foi criticada pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele defendeu que os indicadores monetários projetados pelo Banco Central sejam remetidos com "antecedência", para que o Congresso possa ter presença mais ativa na discussão da política monetária do governo.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), explicou que há várias proposições em tramitação na Casa com o sentido



Relator Garibaldi Alves constatou falta de "informações importantes" no documento

de tornar mais eficiente o acompanhamento da programação monetária pelos senadores.

Mercadante propôs que seja feita uma discussão com representantes da área econômica do governo para apresentar a nova metodologia de cálculo adotada para elaborar a programação monetária, dentro da política de fixação de metas inflacionárias. O líder do governo acha que essa é uma forma de aproximar o Congresso dos critérios adotados pelo Comitê de

Política Monetária (Copom) e conseguir discutir a questão com maior profundidade. Lembrou que a programação monetária atual foi feita pela equipe do ex-presidente Fernando Henrique.

Garibaldi Alves observou que faltam informações importantes no documento enviado pelo governo, tais como a trajetória da taxa básica de juros da economia (taxa Selic), a distribuição do crédito e medidas "urgentes e necessárias" para coibir o abuso na cobrança dos *spreads* bancários (diferenças entre os custos de captação e os de aplicação no mercado).

O senador também sentiu falta de "manifestações ou compromissos" das autoridades monetárias quanto ao papel da política monetária a ser implementada no trimestre. E considerou que a variação acumulada em 12 meses dos meios de pagamento (papel moeda em poder do público mais depósitos a vista nos bancos), de 34,3% ao final do primeiro trimestre, indica a possibilidade de "uma política monetária expansionista", se a inflação der sinais de recuo no período.

Bovespa quer FGTS capitalizando empresa

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), recebeu ontem a visita do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Raymundo Magliano Filho. Tebet disse à Agência Senado que o presidente da Bovespa procurou-o para falar da importância do projeto que autoriza a utilização de parte dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a capitalização de empresas no mercado acionário, de autoria do ex-senador Antonio Carlos Júnior.

Tebet informou ao presidente da Bovespa que está dando prosseguimento à tramitação da matéria e que na última segunda-feira designou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para relator da matéria. Ele esclareceu que o projeto não é terminativo na CAE e que, portanto, depende de deliberação do Plenário.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), que preside a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), declarou



Tebet comunicou ao presidente da Bolsa paulista, Raymundo Magliano Filho, que projeto sobre o assunto necessitará de votação em Plenário

à Agência Senado que pretende discutir o mérito do projeto, já que existem cerca de oito propostas com utilizações diversas do FGTS tramitando na Casa. Jucá disse concordar "em tese" com o projeto que libera recursos do FGTS para a compra de ações.

A matéria começou a ser discutida na legislatura passada. Em reunião da CAE no dia 26 de novembro, o ex-senador Waldeck Ornélas chegou a ler o seu relatório preli-

minar favorável ao projeto. Mas alguns debates com representantes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva acertaram modificações no texto original. Uma delas é evitar a fixação de oito pontos percentuais do valor depositado mensalmente pelo empregador, como o limite legal do que o empregado poderá investir na forma de ações. A proposta é de que esse montante seja definido pelo Conselho Curador do FGTS.

Pará sofre com políticas impostas, diz Duciomar

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) reclamou das políticas “massacrantes” que têm sido impostas ao estado do Pará. Ele citou especificamente a lei federal que desonera os produtos de extração mineral destinados à exportação e a política se-



Duciomar Costa também defende uma reforma política transparente

guida pela Companhia Vale do Rio Doce, que há anos retira riquezas do Pará e decidiu construir seu pólo siderúrgico no Maranhão.

— A Vale precisa repensar esta decisão. Uma companhia que goza de incentivos fiscais como nenhuma outra no país não pode tratar o Pará com tal descaso. Estou preocupado com a reação do povo paraense, que já está se mobilizando para combater esta política perversa — observou.

O senador afirmou que dedicará seu mandato a trabalhar por

políticas mais justas e sérias para seu estado e toda a Região Norte, combatendo as desigualdades regionais que dividem o Brasil em dois blocos: de um lado, um país culto e poderoso; de outro, um Brasil que chafurda na pobreza e no atraso, observou.

Para Duciomar Costa, se o Brasil quiser caminhar para a modernidade, deve começar por fazer uma reforma política transparente, de forma a garantir que os partidos sejam dotados de identidade definida.

Em apertes, os senadores Leomar Quintanilha (PFL-TO) e Luiz Otávio (PMDB-PA) concordaram com a necessidade de o governo federal adotar políticas específicas de valorização das regiões Norte e Centro-Oeste, sempre relegadas ao esquecimento.

Magno Malta quer união da bancada do Espírito Santo

O senador Magno Malta (PL-ES) pediu que a bancada do Espírito Santo se una para resolver os problemas do estado, sobretudo na área econômica. Ele disse que o governador Paulo Hartung recebeu uma “herança maldita” do seu antecessor, inclusive com o atraso no salário dos funcionários públicos.

— É preciso que sejam demovidas, dentro da bancada, as colorações partidárias, ideológicas e até possíveis arranjos que possam ter ocorrido durante o processo eleitoral. O Espírito Santo, mais do que outro estado, precisa urgente de uma reconstrução ética, moral e econômica. Não sairemos do caos sem que haja também a participação efetiva do governo federal — afirmou.

Para resolver o problema econômico, Magno Malta sugeriu alterações no projeto que prorroga o prazo para renegociação da dívida dos estados, que tramita em regime de urgência urgentíssima



Magno Malta defende reconstrução ética, moral e econômica do ES

atinge o Rio de Janeiro. Ele disse que um dos motivos para as cenas presenciadas na segunda-feira — quando veículos foram queimados, o comércio fechado e bombas detonadas, deixando 16 pessoas feridas — é a falta de uma legislação que intimide a prática criminosa. Nesse sentido, ele defendeu a aprovação, pela Câmara, de projeto já aprovado no Senado que amplia a pena para os envolvidos no narcotráfico.

O parlamentar é contra a proposta de Jefferson Péres (PDT-AM) de estabelecer debate sobre liberação das drogas. Por sua experiência na recuperação de drogados, Malta discorda de que a legalização possa resolver o problema.

Jefferson: país deve discutir a legalização das drogas

Preocupado com a violência no Rio de Janeiro, senador sugere debate internacional sobre a questão, como forma de conter o narcotráfico

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) indagou ontem se não é tempo de o Brasil pensar em legalizar o uso de drogas. Referindo-se à violência no Rio de Janeiro e falando em nome do PDT, ele anunciou que vai sugerir ao presidente do Senado, José Sarney, a realização de um grande debate sobre o assunto.

O senador disse que é importante discutir, sem temor e com ousadia, a legalização das drogas, inclusive em âmbito internacional, talvez levando o assunto ao fórum da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele reconheceu que seria uma temeridade legalizar as drogas apenas no Brasil. Também observou que o narcotráfico é um câncer inextirpável e que, enquanto houver consumidores de drogas, haverá produtores e fornecedores e, conseqüentemente, narcotráfico.



Jefferson Péres lastima que segurança pública não seja prioridade nacional

— Com a legalização das drogas, está morto o narcotráfico — afirmou Jefferson Péres.

Na opinião do parlamentar, o que acontece hoje no Rio e em São Paulo soa como um símbolo perfeito dos Estados Unidos nos anos 20, quando a proibição de bebidas resultava na disseminação de destilarias clandestinas e na proliferação de gangues — das quais Al Capone era figura emblemática —, resultando na cria-

ção de um Estado paralelo em Chicago e outras grandes cidades americanas. Jefferson lembrou que essa situação nos Estados Unidos só desapareceu com o fim da chamada “Lei Seca”.

O parlamentar considerou justo que se dê prioridade ao combate à fome no Brasil, mas lembrou que a fome é endêmica no país e que, a rigor, ninguém morre de inanição. “Mas morrem diariamente milhares de pessoas pobres vítimas da violência. A maior perda de vidas é dos pobres e dos negros, que se levantam com justa indignação contra a discriminação racial e social, contra a desigualdade”, ressaltou ele.

Jefferson lastimou que um plano nacional de segurança não seja prioridade no país e mostrou-se preocupado com uma “banalização do mal” por parte da sociedade.

— Nós estamos perdendo a capacidade de nos indignarmos diante do intolerável — afirmou.

Cabral pede política de segurança pública

Ao comentar as cenas de violência ocorridas na segunda-feira no Rio de Janeiro, que deixaram 16 feridos e 33 veículos incendiados, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) apelou ao presidente Lula na semana passada. O senador também falou da onda de violência que



Para Sérgio Cabral, deve haver investimento federal no combate ao narcotráfico

atinge o Rio de Janeiro. Ele disse que um dos motivos para as cenas presenciadas na segunda-feira — quando veículos foram queimados, o comércio fechado e bombas detonadas, deixando 16 pessoas feridas — é a falta de uma legislação que intimide a prática criminosa. Nesse sentido, ele defendeu a aprovação, pela Câmara, de projeto já aprovado no Senado que amplia a pena para os envolvidos no narcotráfico.

O parlamentar é contra a proposta de Jefferson Péres (PDT-AM) de estabelecer debate sobre liberação das drogas. Por sua experiência na recuperação de drogados, Malta discorda de que a legalização possa resolver o problema.

e desvantagens da liberação do seu uso.

—O Rio de Janeiro, como todas as grandes capitais do Brasil, vive o drama da violência, que tem no narcotráfico o principal guarda-chuva e causa — afirmou Cabral.

Apesar do tráfico de drogas ser um problema de âmbito federal, disse o senador, 80% dos recursos do Rio de Janeiro para as polícias civil e militar são absorvidos no combate ao crime. Ele lembrou que esse investimento pesa nas contas do es-

tado, que já enfrenta situação financeira difícil. Sérgio Cabral também lamentou a ausência de uma política nacional de combate a esse tipo de crime e que nem sequer estejam em funcionamento presídios federais no Brasil.

Na opinião do senador, o momento não é de buscar culpados pela violência, mas sim de buscar os meios para combatê-la. Ele salientou que, da mesma forma que não está responsabilizando a governadora Rosinha Garotinho pelo ocorrido, também rejeitou, como presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, as tentativas de culpar a então governadora Benedita da Silva por cenas de violência ocorridas no ano passado.

Pavan permanece internado no Sarah

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) deverá ficar mais três semanas sob cuidados médicos no Hospital Sarah, em Brasília. Segundo o boletim médico assinado pelo cirurgião-chefe do hospital, Aloysio Campos da Paz Júnior, é esperada uma boa recuperação para o parlamentar.

Apesar de estar internado desde o dia 17, por causa de fratura

decorrente de um acidente sofrido na casa de veraneio da família, em Bombinhas (SC), o senador permanece exercendo algumas atividades parlamentares. Ele continua efetuando despachos rápidos com sua equipe de gabinete, assim como acompanha os trabalhos legislativos via rádio e TV Senado.



Leonel Pavan tem mantido atividades parlamentares no hospital

Acordo garante vinda de Amorim ao Senado

Senadores da Comissão de Relações Exteriores concordaram que o ministro compareça amanhã ao Plenário para debater a política externa brasileira. Duas moções contra eventual declaração de guerra ao Iraque também foram aprovadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem duas moções contrárias à guerra no Iraque. Houve também acordo entre os membros do colegiado para que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, compareça amanhã ao Plenário para debater a política externa brasileira – inclusive a posição do país sobre o conflito no Oriente Médio –, quando as moções serão debatidas e votadas.

As moções foram relatadas pelo vice-presidente da comissão, senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Ele apresentou oralmente parecer favorável tanto para a formulada pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP),

quanto para a apresentada pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da CRE.

Como as propostas terminativas na comissão estavam impedidas de ser votadas devido à medida provisória que está trancando a pauta no Senado, Suplicy colocou em votação o único item da pauta da CRE que terá de passar pelo Plenário. Trata-se de projeto de lei apresentado pelo ex-senador Carlos Wilson que altera as normas para julgamento e extradição de estrangeiro que tenha praticado delito em território brasileiro.

O relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), apresen-

tou parecer favorável à aprovação do projeto, mas as senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Patrícia Gomes (PPS-CE) apresentaram pedido de vista. A matéria volta à pauta na próxima reunião.

ABIN

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento para que o ministro-chefe da Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, fosse convocado a falar na comissão sobre a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Suplicy argumentou que há uma comissão no Congresso específica para tratar da agência, composta pelos presidentes das Comissões



Comissão de Relações Exteriores discutiu ontem projeto que altera as normas sobre extradição de estrangeiro que tenha cometido crime no Brasil

de Relações Exteriores do Senado e da Câmara e também pelos líderes da maioria e minoria nas duas Casas. Virgílio concordou

com a ponderação e fará novo requerimento para que o general seja ouvido em conjunto por deputados e senadores.

Virgílio: país não se beneficia com guerra no Iraque

Líder do PSDB no Senado, o senador Arthur Virgílio (AM) discordou ontem do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que teria declarado ao jornal *O Globo* que o comércio exterior brasileiro pode se beneficiar de uma guerra no Iraque. O líder considerou "infeliz" a declaração do ministro.

– Tenho certeza que o ministro Furlan se explicará melhor e terá a coragem moral de se retratar,



Virgílio considerou "infeliz" declaração do ministro Luiz Furlan

dizer que foi um momento infeliz, enfim, que não soube usar as palavras. Mas o fato é que não é cabível que um ministro de um governo democrático diga que vê oportunidades econômicas e de bons negócios para o Brasil se dois países entrarem em guerra.

De acordo com Virgílio, o Brasil poderia até ter uma oportunidade de curto prazo nessa guerra, mas não de longo prazo, porque é impossível imaginar que o desenvolvimento de um país possa

ser encontrado em uma guerra.

– É um erro econômico rotundo, porque o Brasil não pode se beneficiar de algo que abalará os alicerces econômicos do mundo inteiro, até porque a essa tensão se seguirá uma nova tensão, a da Coreia, e mais tensão ainda, até com a formação de blocos políticos que a gente já vê nascer, por exemplo, o bloco França, Alemanha, Rússia e China, contra o chamado unilateralismo.

Virgílio também anunciou que acabara de assinar manifesto proposto pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) "a favor da paz e contra a insanidade de uma guerra" contra o Iraque.

Raupp elogia indicação de Bustani para Londres

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a diplomacia brasileira, especialmente o chanceler Celso Amorim, pela escolha do diplomata José Maurício Bustani para o cargo de embaixador em Londres, apesar das pressões do governo norte-americano que levaram à sua destituição da presidência da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq).

Raupp informou que o governo britânico já concedeu o *agreement* ao diplomata brasileiro e o nome de Bustani em breve será examinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. O senador lembrou a atuação de Bustani à

frente da Opaq, em que "suas idéias criativas" lhe valeram a recondução à direção do organismo, em 2001, pelo voto unânime dos 145 países membros do órgão. Mas "os Estados Unidos organizaram uma ação orquestrada de pressões que terminou

por forçar sua destituição do cargo", disse.

– A vontade de poder hegemônico do governo norte-americano não hesita em utilizar todo o tipo de expediente contra aqueles que se mostram impermeáveis



Valdir Raupp destacou a trajetória de Bustani à frente da Opaq

aos seus interesses. Peço a atenção dos senadores para esse aspecto do caso Bustani, porque esse tipo de ação poderá colocar em risco a autonomia dos organismos internacionais, tornando-os objetos da manipulação norte-americana.

Segundo Raupp, a indicação de Bustani para Londres representa um "veemente desagravo" ao diplomata. Sua confirmação por um país aliado dos Estados Unidos demonstra "o reconhecimento internacional ao brilhantismo" de Bustani.

Paim denuncia racismo em livro didático sobre negros

O senador Paulo Paim (PT-RS) protestou contra a adoção, nas escolas públicas do Distrito Federal, do livro intitulado *Banzo, Tronco, Senzala*, que, segundo afirmou, além de ser preconceituoso e racista, "fere a dignidade da comunidade negra ao ofender suas raízes africanas".

Paim informou que procurará o ministro da Educação, Cristovam Buarque, o Conselho Federal de Educação e o Conselho de Educação do Distrito Federal para que o livro seja imediatamente retirado das salas de aula.



Livro fere a dignidade dos negros, disse Paim

– Se não for prontamente atendido, vou processar a editora e as autoras, porque esse livro atenta contra a auto-estima dos brasileiros descendentes de escravos, uma parcela significativa da população – advertiu.

Paim não quis divulgar o nome das duas autoras do livro, por entender que elas não agiriam de má-fé, mas por "falta de conhecimento sobre a raça negra e sua história de bravura e luta", tanto na África quanto no Brasil.

– Vou procurá-las e terão que se retratar – anunciou.



SENADO ASSINA CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A TV CÂMARA DE NATAL

O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, e vereadores da Câmara Municipal da capital do Rio Grande do Norte assinaram ontem convênio de cooperação técnica entre a TV Senado e a TV Câmara de Natal. Segundo Agaciél, o acor-

do possibilitará a troca de informações e programas, ampliando a divulgação dos trabalhos das duas emissoras.

A TV Câmara de Natal está funcionando ainda em caráter experimental.

Ideli afirma que é preciso instalar logo CPI sobre evasão de divisas

Senadora comenta informações divulgadas pela imprensa a respeito de remessa ilegal de dólares para o exterior e informa que coleta de assinaturas está perto de atingir o número regimental

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) alertou o Plenário ontem para a urgência da instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a evasão de divisas e a remessa ilegal de dólares para o exterior.

— Todas as semanas estamos sendo subsidiados pela imprensa com novas informações que atestam a gravidade dessa questão — disse a senadora, enfatizando a necessidade de o Senado implementar investigações a respeito.

A senadora baseou-se em reportagem publicada pela revista *IstoÉ* desta semana, com o título “Alerta Americano”, segundo a qual o órgão fiscalizador dos bancos nos Estados Unidos montou um fluxograma que mostra o esquema da lavagem de dinheiro via Banco do Estado do Paraná (Banestado). Em consequência da demora do

Banco Central em fechar a agência, disse a senadora, citando a reportagem, o país deixou escapar mais de US\$ 10 bilhões. Ela acrescentou que na reportagem são citadas a conta de Paulo Konder Bornhausen “e a inclusão nesses documentos do senador Jorge Bornhausen”.

Ideli Salvatti citou, também, reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, do último final de semana, informando que o doleiro Alberto Youssef pode estar ligado à fraude no Paraná. Ele teria ajudado a fazer transferência de dinheiro para contas bancárias operadas por “fantasmas”, envolvendo



Ideli Salvatti destacou necessidade de apuração das irregularidades

Rosevelt Pinheiro

recursos de mais de R\$ 84 milhões. A reportagem informa, segundo a senadora, que Paulo Bornhausen, relacionado em laudo da Polícia Federal, teria usado casa de câmbio para enviar US\$ 58 mil dólares ao exterior, quando a lei proíbe essa operação.

A senadora lembrou que no ano passado “o nome de Jorge Bornhausen foi aventado” pela revista *Época* sobre o mesmo assunto.

— À época, o senador obteve um documento do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e outro do Banco do Brasil, inocentando-o. Só que a situação

volta a ser citada. Portanto, em meu entendimento, nada melhor do que esta CPI ser instalada para que possamos ter acesso a todos os dados e informações necessárias, e até para que nomes de senadores não sejam envolvidos e, de forma injusta, até, sejam relacionados — disse ela.

A senadora informou que faltam poucas assinaturas no requerimento para alcançar o número exigido para a instalação da CPI, e fez um “apelo especial” para que Bornhausen também assinasse o requerimento. Ela entende que por meio da CPI o senador “poderá ter seu nome colocado com o respeito que um senador da República merece, se realmente nenhuma dúvida pairar sobre as tratativas e as operações bancárias do seu irmão Paulo Konder Bornhausen”.

Juvêncio fará relato sobre investigações

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), informou na manhã de ontem que, assim que a fase de depoimentos das testemunhas envolvidas no caso das escutas telefônicas ilegais na Bahia for concluída, pretende fazer um relato aos membros do colegiado sobre o assunto. O senador está acompanhando, em Salvador, os depoimentos colhidos pela Polícia Federal, a pedido de 23 senadores que solicitaram ao conselho a observação do andamento do inquérito.

Na segunda-feira, o senador acompanhou os depoimentos do ex-chefe da Polícia Civil do estado Valdir Barbosa e de seu assessor Alan Souza de Farias, que foram indiciados pela Polícia Federal por suspeita de envolvimento

no esquema de escutas ilegais (grampos), na condição de autores. Ontem, acompanhou os testemunhos de mais duas pessoas.

Juvêncio da Fonseca explicou que apenas ele, dos membros do Conselho de Ética, está autorizado a acompanhar os depoimentos, já que decisão proferida no último domingo pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região faculta tal condição somente ao presidente do conselho.

SIGILO

O impedimento para que parlamentares acompanhassem o caso originou-se de solicitação do Ministério Público, sob a alegação da necessidade de manutenção do sigilo das informações. Na noite de domingo, no entanto, o desembargador Carlos Mathias acolheu os argumentos do advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, revertendo a decisão da Justiça da Bahia e reconhecendo que o Senado é parte interessada no inquérito. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) é citado por algumas vítimas das escutas como possível envolvido no caso.

Juvêncio informou que, agora, o próprio Ministério Público apresentou um pedido de retirada do caráter sigiloso do inquérito.



Juvêncio acompanha inquérito em nome do Conselho de Ética

José Cruz

Agripino: documentos mostram que Bornhausen não fez remessa ilegal

Tão logo terminou o discurso da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o senador José Agripino (PFL-RN) pediu a palavra como líder de seu partido para defender o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) das acusações publicadas na imprensa e citadas pela parlamentar. Agripino afirmou que as acusações foram



Agripino informou que denúncias já foram respondidas no ano passado

fazem a política no Brasil” e sua intenção “merece o apoio da Casa”.

— A intenção é meritória, mas não vamos incluir pessoas que nada têm a ver com esse dolo. Gostaria de fazer este registro para salvaguardar a honra de uma das maiores expressões de probidade desta Casa, que é o senador Jorge Bornhausen — afirmou.

De acordo com o líder do PFL, a senadora “insistentemente” referiu-se a Bornhausen, presidente do partido, “como estando envolvido na remessa irregular de dólares”.

Agripino apoiou a proposta de Ideli Salvatti, que quer a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar remessas ilegais de dólares para o exterior. A senadora, disse ele, propôs “uma investigação em torno de assuntos que resguardem a moralidade e a qualidade na vida pública dos que

fazem a política no Brasil” e sua intenção “merece o apoio da Casa”.

— O senador Suplicy, com quem tratei desse assunto no ano passado, é testemunha dos documentos, que lhe foram entregues pessoalmente, dos bancos referidos, que seriam os agentes das transferências, negando toda e qualquer participação do senador Jorge Bornhausen em remessa ilegal de dólares para onde quer que fosse — disse.

Senador diz que informações inverídicas atingem sua honra

Em ofício enviado ao presidente do Senado, José Sarney, e lido pela Mesa antes do encerramento da sessão, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) afirmou que as declarações da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ainda que inverídicas, causam extenso dano à sua “imagem, honra e vida privada, elementos invioláveis do cidadão”.

Ele se referia a discurso em que a senadora sugeriu a criação de uma CPI sobre evasão de divisas, mencionando matérias jornalísticas que o citaram como possível usuário de instituições que remeteram dinheiro ao exterior.

Bornhausen pediu que seja encaminhada à Corregedoria do Senado uma lista de documentos juntados quando a revista *Época*



Jorge Bornhausen pede envio de documentos à Corregedoria do Senado

publicou, no ano passado, matéria sobre o assunto. Entre os documentos estão certidão do Banco Central atestando que a instituição não tem registros de recursos ou de recebimento de valores por meio de transferências

internacionais em reais, nem em contas CC-5, no período de 1992 a 2002, em nome de Jorge Bornhausen. No mesmo sentido, há também declarações do Banco do Brasil e dos bancos Araucária e Banestado e da Procuradoria Geral da República.

No ofício, Bornhausen afirma que, caso a senadora transgrida novamente as normas do Código de Ética do Senado, solicitará medida disciplinar contra ela.

Rosevelt Pinheiro